

## Resenhas

Charles Baudelaire. *O pintor da vida moderna*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010, 152 pp.

Luiz Armando Bagolin

Docente e pesquisador do Instituto de Estudos  
Brasileiros da USP

“O Sr. G. não gosta de ser chamado de artista. Não tem ele um pouco de razão? Ele se interessa pelo mundo inteiro; quer saber, compreender, apreciar tudo o que se passa na superfície de nosso esferoide. O artista vive muito pouco, ou mesmo nada, no mundo moral e político”. O Sr. G. a quem Baudelaire se refere no trecho acima citado e a quem elogia ao longo de seu livro *O pintor da vida moderna*, recentemente publicado em língua portuguesa numa bela edição ilustrada, é Ernest-Adolphe-Hyacinthe-Constantin Guys (1802-1892), artista francês especializado em ilustrações jornalísticas, assim como redator e diretor do *Illustrated London News*, em meados do século XIX. Tratando-se a si mesmo como “artista, ainda que de contrabando” em carta enviada ao amigo e colaborador

Paul Gavarni, Guys declarava seu interesse, sobretudo, pela crônica da vida cotidiana, em detrimento da arte, porquanto esta, da vida verdadeira, na verdade, estava sempre muito distante. Interessaram-lhe, sobretudo, os acontecimentos políticos e mundanos, os bastidores do poder, da jurisprudência, a guerra, a sorte das mulheres fáceis, “manteúdas” – que se propôs a interpretar com a pena e o pincel de modo compendiário –, a linha apenas dispondo rapidamente o assunto que, depois, era inundado por uma aguada pardacenta da qual se sobressaíam alguns toques de cor matizada, vibráteis, amarelos, azuis, lilases.

Baudelaire sabe não se tratar de um artista educado rigorosamente dentro dos moldes da academia francesa, *l'Institute*, ou o que dele restou e ainda vigia à época, se arrastando pelos *salons*. É exatamente por isso que se interessa por esse artista sem pretensões, incógnito nomeado pelo cognato g, pela sua figura e posição, ou seja, um artista cuja vida se assemelha à daqueles a quem se propõe a retratar. O que lhe falta em estudo e disciplina sobra-lhe em “curiosidade”, o ponto de partida do gênio, para Baudelaire, feliz ponto, do Sr. G.

O seu pensamento volta-se, insaciável, para a busca do sensível, do carnal, do frêmito e da matéria provisória da qual todos nós somos feitos. A curiosidade, propiciada muitas vezes pela “convalescência”, vê nascer naturalmente o desejo pela comunhão com o mundo, com a vida exterior, por detrás da vidraça, para longe do leito, com a multidão, com o rosto de um desconhecido, com o afã de retratá-lo, e a tudo. A convalescência aguça a curiosidade que, para Baudelaire, é estado permanente de espírito no Sr. G. Assim como na infância, pois a criança interessa-se vivamente por tudo ao seu redor, na convalescência olha-se a tudo como se fosse esta ocasião a primeira vez, ou a última. Por isso, o gênio, segundo o autor, difere da criança apenas no que concerne à solidez, à resistência do sistema nervoso de ambos, forte no primeiro, fraca no segundo, pois, como diz, “O gênio não é senão a infância controladamente recuperada”. O Sr. G. é um eterno peregrino, um viajante que faz quotidianamente a travessia pelo

“grande deserto dos homens”, embora não possa também, segundo Baudelaire, ser considerado simplesmente um *flâneur*. Recorrendo a La Bruyère, o autor o categoriza como “puro moralista pitoresco”, pois o Sr. G. em sua aversão incontornável ao “reino impalpável do metafísico” também não admitiria ser tratado como um filósofo.

Dotado de uma sensibilidade ativa, não indiferente ao mundo que o cerca e no qual se move, sua profissão consistiria mais “em esposar a multidão” sendo a multidão o seu domínio “como o ar é o do pássaro, a água, o do peixe”, expressando o seu olho desejoso, pelo deslocamento do olhar e de seu corpo, a condição inelutável de amante que ama amar a multidão. A luz traz as delícias como de um espetáculo que se apresenta diariamente nas ruas aos olhos de qualquer um: “lindas equipagens, os cavalos imponentes, o asseio impressionante dos cavaleiros, a destreza dos pajens, o meneio do andar das mulheres, as belas crianças, felizes para a vida e pelas boas roupas; em uma palavra, com a vida universal [...]”. Essa nova memória, ou melhor, memória mais conveniente, é denominada por Baudelaire de “modernidade”: “A modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente, a metade da arte, cuja outra metade é o eterno e o imutável”, diz o autor, sempre propondo que para cada pintor antigo houve “uma modernidade”. O autor faz o Sr. G. ser guiado pela natureza como observador da vida antes que este inventasse os meios para expressá-la, o que resultou, depois, em “barbárie” como efeito de uma arte genuína avessa aos academicismos, imediatamente verossímil em relação à impressão das exterioridades que visou representar, “lisonja à verdade”, como diz Baudelaire em lisonja a essa arte. A “barbárie” opera como conceito duplo, pois implica, de um lado, a aceção de um artista não disciplinado, não moldado ou educado previamente, o seu olhar não tendo sido domesticado, é selvagem ou ingênuo, não importa, mas não foi arrefecido ou terminado segundo modelos. De outro lado, mas numa relação de subordinação em relação a esse olhar “bárbaro”, “sintético”,

“infantil”, há uma execução que lhe é concernente, pois a mão marca rapidamente com o lápis e o pincel as linhas principais da representação ou cena, “os pontos culminantes ou luminosos de um objeto” como impressões que serão completadas mnemonicamente pelos espectadores. Depois de convertidos para gravuras que ilustram notícias em jornal, os desenhos ou esboços do artista vão se acumulando às centenas, aos milhares, sendo vendidos a preço irrisório, por vezes, em lotes, para poucos interessados ou para revenda por *marchands*. Não provindo, como a fotografia, de uma visão instantânea que pode ou não ser recomposta, esses desenhos são forçosamente trabalhados e retrabalhados de acordo com a visão moral consentida para o gênero crônica pela redação londrina que os edita, portanto, oferecendo-se em disposição para uma elocução que os seleciona inscrevendo-os segundo a justa medida quanto ao tipo de leitura demandada pelos leitores do jornal inglês, o contratante do Sr. G. A abundância de desenhos do Sr. G. deixados para trás referida por Baudelaire, portanto, não deve ser lida, como uma primeira opinião poderia sugerir, como algo que o desabone como artista, mas, ao contrário, como condição que encarece a eleição da visão mais sintética segundo os critérios estabelecidos e compartilhados pela audiência, e que minimiza a ação do “eu”, pois indissociável dessa mesma audiência, não veria o artista sentido em se apresentar de outro modo que não fosse pela posição de um quase incógnito, ou por Sr. G., como Baudelaire o apresenta.

Otis Dudley Duncan. *Notes on social measurement: historical and critical*. Nova York, Russell Sage Foundation, 1984, 256 pp.

Dawisson Belém Lopes\*

Professor Adjunto do Departamento de Ciência  
Política da UFMG

Os estudos voltados para a apreensão da história de pesos e medidas são chamados de “metrologia histórica”. Na obra clássica de Otis Dudley Duncan, essa metrologia é temperada por sociologia, área de formação do autor. A primeira dificuldade apontada concerne à questão da comensurabilidade. Isso porque quando duas coisas – objetos, pessoas, fenômenos – são comparadas, presume-se que se possa medi-las em igualdade de condição (suposição, muitas das vezes, errônea). O autor explora as dificuldades operacionais da metrologia histórica (estabelecimento de proporções, escalas, unidades de medida), reconhecendo que as convenções relativas a pesos e medidas constituem usualmente uma tarefa política legada, no decorrer do tempo, aos órgãos do poder constituído.

É interessante que o autor parta da hipótese de haver atualmente um crescente descolamento entre a unidade de medida e o seu referente físico. Tal hipótese está alicerçada na constatação de termos migrado, na modernidade, do sistema ordinal (que depende do “outro”) para o cardinal. Duncan também admite, ao fim do segundo capítulo, que toda medição é, em essência, *medição social* (p. 35). Não há como mensurar qualquer fenômeno estando *fora* da história ou da sociedade. Adotar essa premissa acarreta adaptações em nosso modo de pensar a realidade social: não se poderá, doravante, considerar a quantificação/medição como fator externo à sociedade; antes, a quantificação está embutida em qualquer apreciação sociológica que se fizer – mesmo na mais “qualitativa” delas.

\* Agradeço a leitura e os comentários feitos ao texto pelo professor Luiz Antonio Machado da Silva.

Algumas das mais relevantes invenções humanas em termos de medição social estão expostas no curso do terceiro capítulo. Nota-se o fascínio exercido pelos números desde sempre: na descrição que faz o autor do surgimento da preocupação com a métrica entre os poetas da Grécia antiga; nas estratégias militares baseadas em numerosos exércitos do rei persa, Xerxes; e até mesmo na Bíblia, com suas recorrentes menções a populações, gerações e contingentes militares, apresentados em números. Outra advertência do autor que permanece importante nos dias de hoje: a ausência de números não implica a inexistência de técnicas de mensuração. Ver, por exemplo, as formas como o comércio se desenvolveu ao longo dos séculos.

Se a estratificação social existe desde há muito, a forma como se estrutura mudou. Não cabe mais classificar, como Platão o fez na *República*, os tipos de “alma” dos cidadãos da *pólis*. Tampouco se admitiria com naturalidade, hoje, a afirmação de que há os que nascem para serem escravos – como sugeriu Aristóteles, na *Política*. Mas persistem as honrarias e os sistemas de titulação. Nos esportes, a missão de determinar vencedores e perdedores esbarra em considerações de justiça, de adequação. Nos exames universitários, subsiste a dificuldade de converter conceitos e avaliações inerentemente subjetivas em números. Na sociologia criminal, questiona-se a fórmula capaz de dosar a pena para um caso qualquer. Em suma, são grandes e plurais os constrangimentos que se impõem à mensuração social.

No que parece adentrar a sua zona de maior conforto na narrativa, Duncan ressalta a importância da invenção do cálculo de probabilidade (que, originalmente, queria indicar uma “opinião plausível”, e não a “verdade demonstrada”). Trata-se da transição da arte para a ciência da medição social. No cerne desse processo de crescente formalização das técnicas de aferição dos fatos sociais encontra-se *O suicídio*, obra monumental de Émile Durkheim, que mobilizou instrumental pouco comum para aferir o estado das artes de sua época. A conclusão a que chega o soció-

logo francês repercute na abordagem de Duncan: suicídios – bem como as medições – são produzidos por forças sociais.

Por fim, o autor contempla os métodos mais recentes de amostragem representativa. Consideradas as populações urbanas da atualidade – em muito superiores àquelas idealizadas por Rousseau no século XVIII –, torna-se necessário desenvolver métodos de aferição que não requeiram abordagem individualizada, de tal modo que a estatística venha configurar-se como uma técnica de grande utilidade para governantes.

A partir do quarto capítulo, Duncan dedica-se mais frontalmente aos problemas específicos da medição social. Ao referir-se às escalas ordinais, percebe que, embora ordenados, nomes “não deixam de ser nomes” – e que, portanto, haveria uma zona de indefinição entre o nominal e o ordinal. Ele também nota que a classificação dos elementos em uma tabela periódica não é um ato de medição – já que a medição tem por característica *adjetivar* os elementos, e não os “ontologizar”. Ao fim do capítulo, Duncan parece convencido de que o exercício de medir guarda uma relação *necessária* com “a atribuição de números segundo um regramento específico” (p. 154).

Passa-se então a discutir a diferença entre medição física e medição social. A expressão “dimensão”, muito comum nos escritos contemporâneos das ciências sociais, parece encerrar toda essa confusão. Rigorosamente, *dimensão* é um termo proveniente das ciências exatas, relativo ao tamanho (altura, profundidade, comprimento) de um espaço ou objeto. Porém, ao ser transportado para as ciências sociais, perde seu conteúdo semântico original, passando a significar “fator”, “característica”, “setor”. Isso exemplifica a alegação de que, por não existirem equivalentes funcionais de “massa”, “peso”, “comprimento” ou “tempo” nas ciências sociais, ocorre uma apropriação deturpadora das unidades de medida das ciências naturais. Os equívocos daí decorrentes poderiam ser evitados ou amainados se houvesse a compreensão de que, no final das contas, *sociologia não é física*.

Na posição firme de Duncan, não há que se emular o “padrão científico” da física ou de outras ciências naturais; deve-se buscar desenvolver os instrumentos de aferição da ciência social.

As “Anotações” de Duncan jogam luz sobre um problema ainda hoje bastante crítico para as ciências sociais: a conturbada relação entre metodologia e epistemologia. A esse respeito, postulamos que, se os pesquisadores são os agentes dos quais se esperam as soluções para os problemas sociais que nos acometem cotidianamente, então a opção da “omissão mediatunda” não deverá constar em nossos repertórios. Há riscos de cunho metodológico em todo empreendimento de pesquisa empírica que esteja quantitativamente amparado. Talvez seja mais sábio, contudo, correr esses riscos e proceder com as investigações a evitá-los a todo custo, paralisando-se na chamada “crítica epistêmica”. Afinal, como Otis Dudley Duncan e sua metrologia histórica bem demonstram, tanto os problemas como as soluções (inventadas) são, e sempre serão, contingentes.

Virginia Leone Bicudo. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2010, 192 pp.

Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro  
Professora do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação  
sobre as Américas (CEPPAC) da UnB

A recente publicação da dissertação de mestrado de Virginia Leone Bicudo vem a calhar no momento em que as ciências sociais se voltam de forma particularmente intensa para a questão racial no Brasil. Para além do valor inestimável da pesquisa desenvolvida, a edição – organizada por Marcos Chor Maio e acompanhada de prefácio de Elide Rugai Bastos – convida-nos a refletir sobre os impactos sociais e políticos da produção sociológica acerca do racismo no Brasil.

Privilegiando o estudo da atitude racial como expressão “do aspecto subjetivo da cultura”, a autora defende a tese de que no Brasil, e mais especificamente em São Paulo, o critério da aparência calcado no branqueamento constitui o principal determinante das oportunidades de ascensão social do negro. Sob a influência da Escola de Chicago e a supervisão direta de Donald Pierson – ex-aluno de Robert Park –, Virginia Bicudo ecoa uma perspectiva culturalista que, ao tomar a raça como categoria propriamente social, abandona as formulações de cunho biológico. Como lembra Lee, tal abordagem teve desdobramentos importantes no que tange às análises científicas da raça: “livrou o estudo da raça da compreensão explicitamente hierárquica e Darwinista Social a respeito das relações entre grupos raciais” e “desviou o foco das investigações das características físicas para as relações sociais entre grupos racialmente definidos” (Lee, 2004, p. 236).

É bem verdade que, conforme pondera Bastos no “Prefácio”, privilegiando o estudo das atitudes individuais, essa abordagem tende a encarar a mar-

ginalidade do negro como um fenômeno psicológico ou um “traço da personalidade” (pp. 14-15). Não obstante os obstáculos que uma perspectiva dessa natureza impõe à compreensão das dimensões estruturais da desigualdade de condições entre negros e brancos, na medida em que busca “nas atitudes de pretos e mulatos o reflexo da atitude dos brancos” (p. 157), ela salienta o caráter relacional do processo de construção identitária. Desse modo, a ancoragem social da identidade racial ganha, em detrimento de sua caracterização biológica, contornos novos e profícuos, que seriam devidamente explorados na academia nos anos subsequentes.

Dentre os vários aspectos apontados pela pesquisa de Virginia Bicudo, merece destaque a contundência com que sustenta a presença marcante da discriminação racial no Brasil. Essa posição contrariava a interpretação que atribuía às desigualdades raciais causas relacionadas com as diferenças de classe. Segundo a autora, as estratégias que seus entrevistados utilizavam para evitar o confronto direto com o branco impediam o desenvolvimento da consciência da discriminação. Consequentemente, o conflito como forma de reivindicação por direitos e justiça social também era obstruído, o que ajudava a manter o *status quo* sob a insígnia da harmonia. Assim, diferentemente da África do Sul e dos Estados Unidos, os casos estudados “demonstram que não temos [no Brasil] o preconceito racial no sentido de uma atitude de antagonismo de toda a população, atingindo a todos os indivíduos descendentes da raça dominada” (p. 122). Daí a maior aceitação social do mulato na mesma proporção em que ele se “‘branqueia’ na cor e na personalidade” (*Idem*). Trata-se de um claro sinal de que existiria entre nós “um preconceito de cor distinto do preconceito de raça e de classe” (*Idem*).

Conforme aponta Maio (p. 39), o trabalho de Bicudo reforça, nesse sentido, a hipótese de seu colega Oracy Nogueira, para quem a discriminação racial não só estava presente nas relações sociais no Brasil, como adquiria, aqui, um caráter específico:

configuraria um preconceito que diferia em suas consequências sociais e políticas daquele baseado na origem ou classe social. Como se pode depreender da análise de Bicudo acerca da Frente Negra Brasileira, tal característica constitui um dos fatores que dificultam a mobilização política entre os negros. A solução da questão racial pelo conflito ficaria, assim, impossibilitada. Numa busca muitas vezes vã pela ascensão e integração social, aos negros restaria somente a tentativa de acomodação aos valores e às visões de mundo do grupo dominante.

Além disso, a autora sugere que o convívio harmonioso aparente entre negros e brancos no Brasil não conformava propriamente uma relação democrática ou de igualdade. A novidade desse tipo de abordagem está na percepção de que a distância social entre negros e brancos não é de natureza puramente econômica, mas se ancora também no preconceito de cor. Esse tipo de preconceito é, ademais, entendido como um impedimento para a superação do racismo por meio do conflito e da mobilização política dos negros. Conforme lembra Bastos no “Prefácio”, a partir daí estavam dadas as condições para que a democracia racial passasse a ser vista como algo que “funda uma consciência falsa da realidade e opera como impeditivo à coesão do grupo discriminado. Ou, ainda, funciona como obstáculo a movimentos sociais que denunciem a precariedade da condição do negro na sociedade brasileira” (pp. 20-21).

De fato, a interpretação segundo a qual a sociedade brasileira é caracterizada por um racismo peculiar, velado, e que, ademais, prescinde da raça transformou-se em uma espécie de “ideia-força”. Esta influencia até hoje as análises sociológicas acerca das relações sociais entre nós, com importantes consequências sociais e políticas. Estudos mais recentes sobre o assunto reiteram a interpretação do mito da democracia racial não só como principal responsável pela manutenção do racismo no Brasil, mas também como característica de uma sociedade avessa à diversidade. Nesse contexto, a luta pela igualdade de direitos

e justiça social que se pauta na afirmação das diferenças ou nos direitos coletivos estaria fadada ao insucesso (cf. Guimarães, 1999; Munanga, 1999; D’Adesky, 2001). Vista sob essa perspectiva, a afirmação da “raça” nos parece indispensável à conquista de direitos e, portanto, à consolidação da democracia brasileira. Em tais circunstâncias, aos que ainda sonham com a superação do racismo, resta o compromisso com o rigor teórico e crítico. O mesmo compromisso que permitiu à Virginia Bicudo enxergar a persistência do racismo entre nós.

### Referências Bibliográficas

- GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. (1999), *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- MUNANGA, Kabengele. (1999), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional vs. identidade negra*. Petrópolis, Vozes.
- D’ADESKY, Jacques. (2001), *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas.
- LEE, Orville. (2004), “Race after the cultural turn”. In: JACOBS, Mark & HANRAHAN, Nancy (eds.). *The Blackwell Companion to the sociology of culture*. Londres, Blackwell, pp. 234-250.
- TAVOLARO, Lília Gonçalves Magalhães. (2006), *Race and quotas, “race” in quotes: the struggle over racial meanings in two Brazilian universities*. New York, dissertation, The New School for Social Research.